

Luanda 09 de Outubro 2002-10-09

Conferencia sobre o Papel das forças Armadas em tempo de Paz

Intervenção: Segurança do estado vs liberdade de Imprensa?

Autor: Ismael Mateus

Ainda que concordemos que a globalização supera o espaço geográfico do nosso mundo, ela não é o fim da nação nem é uma completa homogeneização do mundo. Por isso, os Estados e as Nações vão continuar a existir e, assim sendo, teremos nos próximos anos uma contradição entre, por um lado, a fluidez informática, tecnológica e globalizante que quebram as barreiras impostas pelo ordenamento social e cultural concebidos a partir da ideia de fronteiras físicas e, por outro, a preservação geográfica dos Estados, os seus segredos de Estado e as suas limitações ao acesso dos jornalistas que se destinam a garantir a segurança e a estabilidade dessas mesmas fronteiras físicas.

No entanto não tenhamos dúvidas de que um Estado ao assinar um acordo de vendas de armas ou ao realizar uma operação secreta, do outro lado, estarão computadores, repórteres, fontes e bancos de dados globalizados que no minuto seguinte podem reportar para o país de origem todos os segredos tão bem guardados.

Deste modo para falarmos de segurança de estado versus Liberdade de informação importa em primeiro lugar situar o tema no contexto global do mundo de hoje, onde a noção de modernidade passa pela globalização, entendido como um movimento que permite a livre circulação de informações, que interliga e aglutina os Estados e, em resumo, um movimento que queiramos ou não reduz em cada Estado o conceito de soberania e o sentimento de domínio de matérias exclusivas.

Por essa razão, na minha perspectiva de jornalista, não posso deixar de imaginar no futuro a ideia de um Estado moderno mais estruturado, mais fundamentado na capacidade de comunicar e na

forma como se acede e o que acede aos média do que ao traçado geográfico de um determinado Estado. Em consequência, a própria noção de grande e pequeno, de forte ou fraco, de seguro ou inseguro deixará de estar vinculado ao espaço territorial ou na sua capacidade de garantir a unidade geográfica transferindo-se para a esfera da melhor capacidade de usufruir e de utilizar as informações disponíveis. Por outras palavras, quanto maior capacidade um estado tiver de gerir de forma eficiente as informações, suas e não só, que lhes estejam disponíveis maior será a sua capacidade de influenciar outros, de se proteger das ameaças ou de preservar a sua identidade.

Sendo à mesma indispensável a segurança do Estado, o pensamento metodológico ainda vigente de que quem melhor se defende melhor se protege desloca-se para a lógica de uma melhor gestão das informações disponíveis, sendo que quem melhor usa, faz circular e interfere sobre a comunicação e sobre as informações, melhor se protege e melhor se previne.

Exposto o raciocínio nesta lógica, entendemos que no Estado moderno o problema não está então naquilo a que os jornalistas devem ou não ter acesso mas antes no modo de garantir que seja veiculada pelos jornalistas uma informação que responda aos interesses do Estado e no modo como se procede o acesso dos jornalistas a uma informação que previna ou que perigues a segurança do seu Estado.

Hoje com uma navegação de minutos na Internet ou com uma conferencia de dados estatísticos de instituições internacionais, os jornalistas de investigação conseguem contornar as restrições no acesso aos chamados segredos do Estado. Com igual facilidade podem os jornalistas contornar os impedimentos legais de publicação fazendo divulgar informações de segurança de Estado num circuito global que por via da Internet, da televisão via satélite ou agências internacionais acabam por atingir o mesmo

público alvo, com evidentes prejuízos neste caso para a credibilidade, legitimidade e imagem do Estado original.

Diz-se em linguagem popular que já não há segredo quando duas pessoas tomam conhecimento de um facto. No mundo global dificilmente os estados podem garantir a segurança dos seus segredos e dos seus documentos classificados quando cada vez mais disseminam tais informações por organizações regionais e mundiais que cimentam a sua nova soberania comum na base da troca e conferência de dados.

Entendemos por isso que o grande desafio dos nossos tempos está em governar e manter os Estados sujeitando-os de modo activo e não passivo, ao controlo e à lógica do papel regulador da Comunicação Social.

Mais do que uma política de protecção do Estado, o não acesso dos jornalistas aos segredos do Estado é um conservadorismo, fundado sobre uma ideia de Estado-Nação cujas fronteiras a globalização abalou. É uma medida jurídica coerciva que não acautela os reais perigos do Estado porque não impede que noutra canto do mundo alguém possa publicar e, ademais, representa enquanto fruto proibido atractivo bastante para que se transformarem à mesma proporção em bons negócios, para os que correm o risco de as divulgar e grandes prejuízos militares económicos e políticos para os teimam em proibir.

Como tenho vindo a dizer a globalização esbate certos aspectos do conceito Estado-Nação mas de modo nenhum uniformiza completamente o mundo, o que quer dizer que há aspectos, há valores identitários de cada estado ao nível cultural e de preservação de soberania que devem ser mantidos e defendidos.

Quero aqui socorrer-me da afirmação de David Westin, presidente da ABC news segundo a qual o maior desafio dos militares e das áreas responsáveis pela segurança do Estado está em "transformar a liberdade de imprensa ao mesmo tempo em antídoto, a segurança e a arma contra as ameaças contra a

soberania dos Estados". Esta é no fundo a inversão de método que deve ocorrer no pensamento dos nossos juristas e no pensamento dos militares: colocar a liberdade de imprensa ao serviço da segurança do Estado. Para que fique claro não estamos a falar da transformação dos jornalistas em agentes da segurança mas antes no aproveitamento das vantagens, da capacidade de influenciar e fluidez informativa da liberdade de imprensa como um instrumento de defesa do Estado.

Trata-se no fundo de combinar a função pública da liberdade de imprensa que procura responder à expectativa das pessoas que no exercício pleno da sua cidadania querem saber mais e sempre mais mesmo que recorram ao espaço geograficamente exterior e, por outro lado, a função de veículo de uma diversidade de informações, intenções, sentimentos e necessidades que uma vez expressos pela via da mesma liberdade de imprensa, permitem aos agentes especializados cumprir a sua missão de investigar, acautelar e/ou proteger a soberania e a independência do Estado.

É uma tarefa que assenta na responsabilização de cada uma das partes envolvidas e não como diz o direito vigente uma tarefa que se atinge através da restrição de uns para sossego de outros. Em última análise embora com instrumentos diferentes, todos pugnam pela segurança do Estado. Os militares e dos agentes de defesa da segurança nacional observando a confidencialidade do material estratégico e os jornalistas partindo da construção do edifício democrático que é, entre os sistemas conhecidos, aquele que mais estabilidade tem dado aos diferentes sistemas políticos mundiais.

Se para os militares é imperioso que por exemplo uma operação militar se faça sob sigilo para que os desígnios estratégicos do Estado se cumpram, para os jornalistas é igualmente imperioso que uma decisão política tomada na dimensão temporal transitória de uma governação, tenha ou não o devido respaldo público ou no mínimo que seja do conhecimento público.

Abrimos um parêntesis para dizer que não nos desagradam a figura do compromisso de embargo ou os pactos de informação condicionada que muitos governos praticam, sendo que para nós esse elemento está inserido no modo de relacionamento com a liberdade de imprensa e não representa em si, uma restrição.

É óbvio para nós que os perigos contra a segurança nacional não se resumem apenas ao exterior dos actuais estados geográficos. Internamente, existem movimentos e acções que podem por em perigo a segurança nacional. Uma gestação danosa, a corrupção, as desigualdades sociais e os grandes movimentos de contestação são sempre fontes de convulsões internas e como tal perigos à segurança nacional. A cobertura da mídia e o livre acesso dos jornalistas ao secretismo dos militares actua nesses casos como um elemento preventivo e de denuncia da ameaça à segurança nacional. Quero lembrar as palavras do professor universitário brasileiro Otávio Frias Filho que entende que "a livre circulação de todo tipo de informações" é dos maiores motivos para a queda das ditaduras. O caso da Costa do Marfim, vem de resto confirmar essa afirmação. Tendo informações da insatisfação dos militares, os jornais costamarfinenes divulgaram entrevistas e reportagens várias sobre o assunto. O jornal *Fraternité Matin* descrevia num editorial a situação como explosiva e de grande insatisfação. A liberdade de imprensa cumpriu certamente a sua função primeira de divulgar factos. Mais não é exigível ao jornalista.

É importante por isso, lembrar que o papel da comunicação social como um espaço público regulador dos abusos e excessos no exercício do poder político e económico.

Muitos especialistas sustentam que a comunicação social, daí a sua apresentação como quarto poder do Estado, se constitui, ao lado dos poderes legislativo, executivo e do judicial como uma condição e como garantia de um sistema político democrático.

É por isso líquido para nós que quanto menos limitações a comunicação tiver mais democrático um sistema político é. Para a salvaguarda dos direitos fundamentais das pessoas e dos abusos à liberdade de imprensa, a aposta deve fazer-se no reforço das normas éticas e das normas jurídicas e não por via das limitações e restrições mesmo que esteja em causa a segurança do Estado. É a aposta na responsabilização de que falámos antes, ao invés da aposta na restrição.

Os juristas insistem que os jornalistas como todos os outros cidadãos têm o dever de segredo, consubstanciado na restrição em determinadas matérias, militares para o nosso caso, da liberdade de acesso dos jornalistas.

A proibição de divulgação de determinadas matérias sustenta-se no facto de elas poderem pôr em risco a independência, a unidade, a integridade e a segurança do Estado.

Voltando à questão inicial da globalização, pergunto-vos quanto desta independência, dessa integridade e quanto dessa segurança estará hoje fora do domínio geográfico do nosso estado?

Do nosso ponto de vista, o dever de segredo deve ser exigido aos utentes da informação classificada e dos segredos do Estado e nunca ao jornalista. O único pedido que se deve fazer ao jornalista é que em face de indícios de crimes contra a segurança do Estado, sejam eles motins, sejam graves abusos susceptíveis de provocar convulsões sociais, os denuncie. E que essa denuncia seja pública e não em participação testemunhal individual de algo a que teve acesso como profissional.

Por fim gostaria de remeter o tabu e a intangibilidade do segredo do Estado para um problema também cultural. Dirigindo-me particularmente aos militares e políticos gostava de dizer que o sentimento nacionalista que dá expressão ao traçado do Estado-Nação de que aqui falamos, repito o sentimento nacionalista que sustenta o argumento da restrição do acesso aos jornalistas aos segredos do Estado é algo que ao longo dos tempos tem mudado

conforme as vontades. Os militares e os políticos em primeiro lugar e a sociedade no geral sacralizaram a ideia e o sentimento do nacionalismo como se ele não fosse mutável, ajustável aos tempos e repensado de acordo com os novos interesses que se ponham ao Estado. É preciso que o pensamento político nacionalista não se torne cego, mudo e surdo em relação ao mundo à sua volta e perceba que para a preservação dos valores fundamentais de cada Estado é importante que ele, pensamento político nacionalista, se liberte do tradicionalismo, do nacionalismo conservador e se modernize, se globalize. É curiosamente nesta globalização e na forma como o nacional se preserva nele, que os Estados vão sobreviver como tal. E do nosso ponto de vista, essa preservação passa mais pela capacidade de uso e de utilização da comunicação social do que pela restrições ao exercício da liberdade de imprensa.

Por muito que vos pareça estranho ser dito por um jornalista, há entre nós consciência que os jornalistas e a comunicação social se tornaram instrumentos do poder. De uma forma ou de outra, todo poder instituído utiliza a imprensa para criar melhores condições de governabilidade e para se legitimar perante a opinião pública. De forma mais óbvia ou mais subtil é assim que as coisas se passam em todo o mundo e com a globalização será cada vez pior. O único segredo a manter é a forma inteligente como cada Estado consegue preservar-se e preservar os seus valores na era da globalização, ou melhor da livre circulação de informação.

Ao longo dos últimos anos a lógica da comunicação social contaminou e alterou as lógicas então vigentes da actuação da política, das eleições, das campanhas eleitorais, da religião, dos padrões de gosto e estética, da educação e das relações do quotidiano. Está na hora do Estado entrar no jogo e a partir dele ditar as legítimas regras de jogo.

Tenho dito.

Consultas

Coutinho, Iluska, Liberdade de imprensa em tempo de guerra
Correia, Luís Brito – Direito da Comunicação social
Folha São Paulo, entrevista David Westin – presidente da ABC news
Motta, Luiz Gonzaga – Imprensa e poder
Cavalcanti, Diogo – Limites vs. liberdades